

Maria Helena Pereira Franco



O LUTO NO SÉCULO 21

UMA COMPREENSÃO ABRANGENTE
DO FENÔMENO

O LUTO NO SÉCULO 21
Uma compreensão abrangente do fenômeno
Copyright © 2021 by Maria Helena Pereira Franco
Direitos desta edição reservados por Summus Editorial

Editora executiva: **Soraia Bini Cury**
Assistente editorial: **Michelle Campos**
Capa: **Studio DelRey**
Projeto gráfico e diagramação: **Crayon Editorial**

Summus Editorial
Departamento editorial
Rua Itapicuru, 613 – 7º andar
05006-000 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3872-3322
<http://www.summus.com.br>
e-mail: summus@summus.com.br

Atendimento ao consumidor
Summus Editorial
Fone: (11) 3865-9890

Vendas por atacado
Fone: (11) 3873-8638
e-mail: vendas@summus.com.br

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i>	7
<i>Introdução</i>	9
1. Perspectivas históricas	27
2. Perspectivas e modelos teóricos	45
3. Os lutos	71
4. Mediadores para a significação do luto: cultura, sociedade, espiritualidade e religião	99
5. Ações terapêuticas para situações de luto	113
<i>Epílogo</i>	159
<i>Referências</i>	163

PREFÁCIO

Sem dúvida, este livro é um trabalho de amor. A professora Maria Helena Pereira Franco é a líder de uma equipe de psicólogos que têm sido preparados por ela. Eles a respeitam e a amam, apesar – e talvez por causa – do trabalho desafiador e do suporte emocional (amor) que dão aos clientes que sofrem por luto e perdas de todos os tipos. O luto é o custo do amor, e o amor é, na minha visão, a chave para entender e ajudar pessoas enlutadas a atravessarem o vale escuro do luto.

Conheci Maria Helena em 1993 no St. Christopher's Hospice, em Londres, e desde então ela me impressiona pelo compromisso com que, ao lado de vários de seus talentosos alunos, nos traz o conhecimento obtido nas pesquisas e ações sobre luto no Brasil. A partir de 1997, Maria Helena e algumas de suas colegas passaram a fazer parte da organização para líderes no campo da morte, do morrer e do luto, o International Work Group on Death, Dying and Bereavement (IWG), que a cada 18 meses promove um encontro em um país diferente. Em 2007, o evento do IWG foi organizado pelo grupo de São Paulo, rendendo a este o carinho e o respeito (dois outros aspectos do amor) de figuras de proa de muitos países.

Neste livro, Maria Helena delinea seus longos anos de pesquisa, experiência e amplos estudos sobre luto para abordar os aspectos médicos, sociais, espirituais, sociológicos e psicológicos da perda. Ela inicia com uma visão geral sobre as teorias do luto, passando pela psicanálise, pelo pensamento sistêmico e pela teoria do apego, no contexto de questões culturais, religiosas e espirituais, com atenção especial às relações entre as culturas da religião católica lusófona e do mundo anglófono. Também são consideradas as variadas maneiras de expressão do luto nas suas formas normais e complicadas. Incluem-se aí influência da idade, perdas ambíguas, suicídio, violência, questões familiares e relacionadas aos processos migratórios. Segue-se, então, um olhar mais próximo para os novos diagnósticos de “luto complicado” no importante *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*, 5ª edição (DSM-5), e na *Classificação estatística internacional de doenças e problemas relacionados com a saúde* (CID).

Maria Helena valida uma ampla gama de ações terapêuticas que não se limitam a psicólogos ou psiquiatras. Nelas estão incluídos terapeutas familiares,

além de ações realizadas em escolas e na comunidade, cuidados aos profissionais e uso da internet.

Por fim, ela descreve sua ampla experiência, desde 1996, à frente do Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto (LELu), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Este livro será fundamental para um grande número de pessoas que dominam o idioma português e merece tradução para outras línguas. Todos nós sofreremos perdas, de uma maneira ou de outra, e Maria Helena une o que tradicionalmente é entendido como cabeça e coração, embora hoje usemos os termos cognição e sentimento.

COLIN MURRAY PARKES
Janeiro de 2021

INTRODUÇÃO

Inúmeras vezes ouvi a pergunta a respeito dos meus motivos para estudar o luto. Essa pergunta geralmente vem precedida – ou seguida – de um pedido de desculpas, caso nela eu sinta uma invasão de privacidade. Nem sempre, mas na maioria das vezes, resguardava-me em um lugar seguro para não expor minha história pessoal e, então, oferecia uma resposta quase protocolar. Verdadeira, porém protegida.

Em paralelo, eu me perguntava: o fenômeno estudado precisa se relacionar com quem o estuda? Não pode haver um interesse científico desconectado da história do pesquisador? A resposta natural diz que pode, claro que pode, mas, se houver algum significado que toque o pesquisador, seu trabalho terá outro tom, com efeitos talvez mais impactantes. Os estudos de pós-graduação não são algo que se faça por obrigação ou por força da lei. Oferecem à pessoa a oportunidade valiosa de se embrenhar no que não conhece mas intui, no que a assusta mas a desafia, no que pode lhe apontar caminhos sobre sua história pessoal e contextual.

Minhas razões para estudar o luto encontram raízes ainda na graduação em Psicologia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento, à época incorporada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Aquela estudante que, por volta de 1973, foi apresentada ao trabalho de John Bowlby intuiu o caminho a seguir. A teoria do apego, que comecei a estudar naquela época pelas diligentes e desbravadoras mãos da profa. dra. Rosa Maria Stefanini de Macedo, explicava como os seres humanos se vinculam e como reagem quando tal vínculo é rompido. Essa teoria contribuiu com muitas peças para um quebra-cabeça que viria a ser montado uma década ou mais depois, algumas centenas de sessões de terapia depois. Montado, mas não estático. Dinâmico, pois os vínculos feitos, desfeitos, refeitos ofereceram sempre novas possibilidades de compreensão.

Degraus aprofundando-se para a vida pessoal

Meu interesse por estudar o luto, todavia, também tem raízes no campo pessoal, na experiência de, aos 2 anos, ter perdido minha mãe, com um câncer que a maltratou

muito devido aos poucos recursos disponíveis à época no que diz respeito ao tratamento e à melhora na qualidade de vida das pessoas doentes. Mais tarde, ao estudar Bowlby (1978a, 1978b e 1989), entendi que ele traduzia para mim o que eu vivera quando relatou a experiência das crianças atingidas pela Segunda Guerra Mundial, que tiveram de ser retiradas de casa para ficar protegidas. Protegidas dos bombardeios, porém não de sua dor. Perdiam sua base segura e, no lugar, era-lhes oferecida uma nova situação que ainda precisava ser construída para ser entendida e vivenciada como capaz de fornecer segurança. Mesmo sem ter vivido a Segunda Guerra Mundial, eu sabia bem do que se tratava.

A vida me ofereceu muitas oportunidades de aprender com as perdas. Muitas. Aprendi, mas algumas vezes precisei ficar de recuperação. Ou a perda foi enorme ou a sucessão de perdas me deixou sem ferramentas e até mesmo extenuada. Dá trabalho viver um luto. Ou vários deles. Ou alguns, especialmente. Não é uma questão quantitativa – trata-se de quem você se torna quando vive um luto. Às vezes, o processo não está bem delineado, ainda não foi compreendido e nem mesmo adquiriu um significado, e vêm outro e mais outro.

Só não sou a última folha da árvore porque minha irmã teve duas filhas. Sou a sobrevivente da minha geração na família de origem. Meu irmão e minha irmã estão mortos. Meus pais também. Igualmente meus tios amados que me adotaram. Sou divorciada, não tive filhos. Meu ex-marido morreu anos depois do divórcio.

Essas circunstâncias fizeram de mim uma boa psicoterapeuta do luto? Não ousou dizer isso. Se afirmasse que sim, seria campeã em uma competição para a qual não me inscrevi voluntariamente e cujo troféu não me interessou. Sei dizer da enorme força interior que meu ofício exigiu e exige para que eu estudasse e estude sempre um tema que me foi e é pessoalmente muito familiar, não o confundindo com a experiência daquele que se senta à minha frente, conta suas dores e sonhos e espera de mim algo que torne a vida ao menos suportável depois da morte de alguém amado. O mesmo ocorre quando dou supervisão clínica e busco o melhor do meu conhecimento para aquele jovem profissional que espera a palavra precisa e certa, o olhar infalível para guiá-lo no aprendizado de um ofício que faz diferença na vida das pessoas. Alguma sabedoria os lutos me possibilitaram.

O tão decantado autocuidado

Mas o psicoterapeuta também vive seus lutos, e vale cuidar muito bem disso, como Carter (1991) já ressaltava. Exatamente porque o psicoterapeuta – aqui focalizando especificamente aquele que trabalha com luto – vive seus lutos, um cuidado redobrado se impõe para que o seu fazer seja protegido de vieses pessoais,

que o levem a ignorar seus pontos cegos – como bem recomendam Gamino e Ritter (2009) quando destacam as competências necessárias para trabalhar com a morte e o luto. Ampliando o foco, chamo para o cenário as recomendações de Cottone e Tarydas (2016) e Mazzula e LiVecchi (2018) no que se refere a uma postura ética necessária para psicoterapeutas, sobretudo quando destacam a importância do autocuidado. O autocuidado por parte do terapeuta no seu trabalho com pessoas que vivem um luto é o imperativo ético descrito por Gamino e Ritter (2009) que não será demasiado quando incluído nas ações constantes para a formação e o desenvolvimento desse profissional.

Minha experiência profissional (e pessoal) de décadas formando psicoterapeutas para trabalhar com enlutados permitiu-me constatar quanto essas questões pessoais se apresentam como um impeditivo para o aprendizado da técnica. É possível ler os bons autores, participar de congressos para atualização, aceitar supervisão clínica com a humildade do aprendiz honesto, frequentar cursos, mas, se o autoconhecimento em relação à morte e ao luto não for desenvolvido, esse profissional poderá recorrer a uma atuação que beire o lugar-comum, apoiando-se em proposições assemelhadas à autoajuda e, em consequência, deturpando o que a psicologia oferece fundamentada na ciência. É preciso haver empatia? Sim, mas se deve somá-la a uma ação deliberadamente escolhida para aquela dada situação, com critérios claros para atender à demanda e não reduzir a ação a um ato assistencialista. A empatia integra-se à compaixão para tornar o ato de cuidar algo bem maior do que meramente executar um trabalho. Porém, isso só é possível se o profissional que vive o ofício de cuidar de pessoas em sofrimento, daquelas que vivem perdas, dispuser-se ao autoconhecimento e às reflexões impostas pela ética, sempre aliada à ciência.

Caminhos do conhecimento, desconhecimento e reconhecimento

Estudar sempre me interessou, deu suporte e encorajou. Tive a felicidade de aprender com grandes mestres, em sabedoria e em humanidade. Fiz muita terapia, além de ter amigos, professores e alunos que foram e são especiais. Talvez, mais do que encorajador, digo quanto foi necessário trilhar esse percurso, construir esses vínculos que se integraram para fazer de mim quem sou e para que eu esteja hoje escrevendo este livro.

Esta obra retrata um percurso acadêmico, científico e de vida vivida. Defendi meu doutorado na PUC-SP em 1994, com a primeira tese brasileira sobre luto (havia outras sobre morte, com outro enfoque). Para pesquisar e escrever o

trabalho, recebi bolsas de estudos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), do British Council e da própria PUC-SP, e usufruí da experiência maravilhosa de ser paga para estudar. Fui várias vezes a Londres; ali, bebi da fonte das produções de John Bowlby na Tavistock Clinic e no Tavistock Institute of Human Relations e conheci o St. Christopher's Hospice e aquele que considero meu mentor, dr. Colin Murray Parkes, pessoa única por sua generosidade e humanidade. Tive a honra e a felicidade de traduzir dois de seus livros (Parkes, 1998 e 2009), publicados pela Summus, o que me aproximou ainda mais dele, podendo mesmo privar da proximidade com sua esposa, Patricia, que, segundo ele, é sua principal fonte de segurança.

Nesse tempo, aprendi que o luto poderia ser descrito em duas categorias: normal ou patológico (Bowlby, 1981; Shaver e Fraley, 2008; Stroebe e Stroebe, 1987). Depois desaprendi isso, em uma nova construção do fenômeno, para estudar as diversas formas do luto complicado, não mais entendido como patológico, uma vez que pode ser vivido de maneiras mais particulares e sutis, que requerem detalhamento da experiência subjetiva e contextualizada. O luto só era estudado no hemisfério Norte, pelos pesquisadores anglófonos, até que foi necessário olhar para o resto do mundo e validar as diferentes culturas, vistas como de fato são – e não como colônias ou ex-colônias. Pesquisas recentes, como as desenvolvidas por Stroebe e Schut (2005-2006), Kristjanson *et al.* (2006), Bonanno *et al.* (2007), Boelen e Van den Bout (2008), Holland *et al.* (2009) e Boerner, Mancini e Bonanno (2013), elucidaram experiências de luto tanto após um período de doença como em situações repentinas, buscando identificar matrizes constantes dessas diferenças, que possibilitassem uma conceituação capaz de contemplá-las em vista de diversos fatores identificados como tendo uma função de risco ou de proteção. Surgem, portanto, indicadores preciosos para o diagnóstico de uma experiência de luto, que levaram à ampliação das possibilidades do pensamento clínico.

Neste livro, desenvolvo essa questão, ainda muito controversa, considerando as diferentes possibilidades de compreensão de luto complicado, luto prolongado, luto complexo persistente e luto traumático, como destacadas por Prigerson *et al.* (1995a), Lichtenthal, Cruess e Prigerson (2004), Rando *et al.* (2012) e Rando (2013). O que entendo como mais relevante sobre essa discussão reside nos estudos gerados para fundamentar as definições e na possibilidade de ampliação em um terreno até há pouco dicotomizado em luto normal e luto patológico. A complexidade na composição e a pluralidade de significados presentes no fenômeno do luto não caberiam nessa divisão.

Aprendi inicialmente que a terapia do luto, sendo de caráter breve, deveria ser feita em 12 sessões, como recomendavam Raphael *et al.* (1993). Depois desaprendi

isso, ao constatar que não era assim que acontecia na vida real dos atendimentos e ao entrar em contato com olhares diversos, com fundamentos teóricos variados, para a compreensão do luto e suas consequências – como vi, por exemplo, no trabalho de Stroebe e Schut (2001b), de Shear *et al.* (2007) e de Solomon e Rando (2012). Lamentavelmente, algumas empresas seguradoras ainda acreditam que uma psicoterapia de luto deve ser realizada com sucesso em 12 sessões, independentemente da técnica ou da experiência do profissional, o que põe em risco a qualidade do serviço prestado. A questão diretamente associada diz respeito às fases do luto, como foi descrito inicialmente (Kübler-Ross e Kessler, 2005; Kübler-Ross, 2009) e mais tarde revisto (Stroebe e Schut, 1999; Stroebe, Schut e Boerner, 2017), para que se chegasse a uma conceituação do processo de luto como dinâmico, fluido e específico de cada pessoa enlutada.

Em razão disso, passei a estudar técnicas para intervenção em luto, com diferentes embasamentos, que demandassem especificidade epistemológica e alinhamento técnico, como indicam Stroebe e Schut (2001a), James e Gilliland (2001), Jordan e Neimeyer (2003), Johannesson *et al.* (2011), entre outros. Era importante considerar a resposta das pessoas a situações traumáticas e entender a especificidade do luto em questão, assim como fazia diferença compreender o processo de construção de significado como ferramenta que possibilitasse ao psicoterapeuta uma abordagem ativa da pessoa enlutada. Entendendo que a teoria do apego fornece subsídios importantes à conduta psicoterapêutica para o luto (Kosminsky e Jordan, 2016), encontrei também modos de compreender que agregam construção de significado (Gillies e Neimeyer, 2006) a partir do construcionismo social, que incluem uma visão desenvolvimental (Neimeyer e Cacciato, 2016), que apresentam técnicas e as avaliam, como no caso de terapias em grupo (Johnsen, Dyregrov e Dyregrov, 2012), e que discutem vínculos contínuos (Klass e Walter, 2001).

Sou membro do International Work Group on Death, Dying and Bereavement (IWG) desde 1997, convidada por Colin Parkes, tendo sido a primeira brasileira a receber essa distinção e servindo a diretoria por duas gestões, inclusive como anfitriã de uma reunião em São Paulo, em 2007. As reuniões do IWG são restritas aos membros, porém oferecem uma excelente oportunidade para o país anfitrião, pois os participantes oriundos de grandes universidades e centros de pesquisa voluntariamente oferecem seu tempo para cursos, palestras, aulas magnas. Esses encontros são abertos a profissionais e pesquisadores locais, que se beneficiam do conhecimento compartilhado.

A oportunidade de estar nessas reuniões abriu perspectivas desafiadoras e privilegiadas. Além de conhecer e trabalhar com pesquisadores e clínicos que respeitam muito pela sua constante contribuição, como Margaret Stroebe e Henk Schut

(Holanda), Charles Corr, Kenneth Doka, Stephen Connor, Robert Neimeyer e Nancy Hogan (Estados Unidos), Carol Wogrin (Zimbábue), Christopher Hall (Austrália), Simon Rubin e Ruth Malkinson (Israel), entre outros, tive a oportunidade de escrever um artigo (Rando *et al.*, 2012) com diversos deles, durante a reunião realizada na Austrália, abordando a questão do luto complicado e sua inserção, ou não, no *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*, 5ª edição (DSM-5), publicado pela Associação Americana de Psiquiatria (APA, 2013).

Também pude convidar colegas brasileiras para fazer parte do IWG, como Claudia Millena Câmara (Rio Grande do Norte), Daniela Reis e Silva (Espírito Santo), Luciana Mazorra e Regina Szylit (São Paulo). Dessa maneira, não fiquei sozinha nesse lugar de conhecimento tão privilegiado e compartilhei com elas o desafio de levar às suas instituições de origem os benefícios dessa convivência.

Dito dessa maneira, talvez pareça que eu tenha mergulhado em um mar de diferentes abordagens e suas expressões técnicas, sem critérios para identificar aquelas que tinham embasamento epistemológico sólido, movida talvez por um espírito de encontrar o novo e experimentá-lo. No entanto, não foi assim que me desenvolvi, pois, como psicóloga, venho de uma formação muito exigente quanto à postura ética expressa nas ações. Conhecer essas possibilidades teve um efeito libertador, ao mesmo tempo ainda mais crítico, em relação àquilo que eu sabia e àquilo que precisava ainda estudar.

Inevitável, então, seria considerar aspectos éticos no uso de técnicas para pessoas em vulnerabilidade. Surge a questão: os enlutados estão nessa categoria? A resposta não pode ser um simples sim ou não, uma vez que a própria descrição do luto diz que se trata de uma vivência natural provocada pelo rompimento de um vínculo. Portanto, o que não é natural? O que muda o curso desse processo? Responder a isso é tarefa constante e requer posicionamento teórico e alinhamento técnico consistentes. Somem-se a essa questão os cuidados éticos para pesquisa com seres humanos. O princípio de não causar dano, de não fazer o mal, aplica-se inquestionavelmente, e surgem métodos de pesquisa que podem estar no limite entre o risco controlado e a sua justificativa, considerando-se a relevância da pesquisa e seus potenciais benefícios. Quanto a esse aspecto, há autores (Cook, 2001; Neimeyer e Hogan, 2001; Stroebe *et al.*, 2008a; Franco, Tinoco e Mazorra, 2017) que se mantêm firmes na posição ética esperada, mas não deixam de destacar a necessidade de se desenvolverem métodos de pesquisa voltados para a realidade atual, como afirmam Stroebe, Van der Houwen e Schut (2008) sobre pesquisa utilizando a internet e Gilbert e Horsley (2011) sobre uso de plataforma multimídia no cuidado ao enlutado. Apresentei a evolução desses estudos em publicações nas quais buscava conjugar as ideias iniciais que formavam seus conceitos norteadores e a forma como chegaram às suas conclusões (Bromberg, 2000; Franco, 2002 e 2010).

Sobre dar à luz e nutrir

Temos visto no Brasil, desde o final do século 20, um significativo avanço nos estudos sobre o luto, por meio de eventos científicos realizados no país, da participação de profissionais e pesquisadores brasileiros em eventos no exterior, do aumento do número de publicações científicas e da crescente presença de especialistas consultados por veículos de comunicação, a fim de levar conhecimento aos segmentos da população sem acesso à universidade ou a informações especializadas. Trata-se de um avanço ainda modesto quando comparado ao que vem se produzindo em centros de pesquisa e universidades no exterior, mas entendo que isso se deva ao fato de nosso tempo histórico para iniciar ter sido muito posterior ao deles.

A fundação do Laboratório de Estudos e Intervenções sobre o Luto (LELu), da PUC-SP, em 1996, com suporte financeiro da Fapesp, possibilitou construir um *locus* para estudos, avanços, intervenções realizadas na comunidade, formação de psicoterapeutas para luto e atendimento a pessoas enlutadas, de maneira contínua e viva até hoje e, espero, por muitos anos mais. Tê-lo fundado e estar até hoje na sua coordenação representou para mim a possibilidade de retribuir à universidade e à sociedade os privilégios que tive para chegar até o doutorado, do qual ele é fruto. Pesquisadores que se formaram no LELu continuam ativos e publicando¹. Muitos deram continuidade aos estudos e à prática, ampliando o âmbito de ação de interesse para o trabalho com pessoas ou comunidades enlutadas.

O Laboratório de Estudos sobre a Morte (LEM), do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), fundado e coordenado pela profa. dra. Maria Julia Kovács, destaca-se por uma produção científica constante e rigorosa (Kovács, 2003, 2008 e 2010; Esslinger, 2003; Alves, 2006; Fukumitsu, 2013a, 2013b; Paiva, 2011; Scavacini, 2018). O Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Perdas e Luto (Nippel), da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EE-USP), fundado pela profa. dra. Regina Szyllit em 2007, com representação internacional reconhecida, tem um histórico de ações e publicações de peso (Bouso *et al.*, 2014; Bouso, 2015; Misko *et al.*, 2015; Silva *et al.*, 2015; Frizzo *et al.*, 2017; Borghi *et al.*, 2018).

Um momento importante para os estudos sobre luto no Brasil foi o I Congresso Luso-Brasileiro sobre o Luto, realizado em Lisboa, Portugal, em julho de 2017. Ele foi precedido por outros encontros científicos sobre o tema no Brasil, em

1. Ver Casellato (2004 e 2015), Santos (2005), Gouveia-Paulino e Franco (2008), Casellato *et al.* (2009), Braz (2013), Maso *et al.* (2013), Oliveira (2013), Franco *et al.* (2014), Silva (2015), Tinoco (2015), Marras (2016), Kreuz e Tinoco (2016), Franco, Tinoco e Mazorra (2017), Braz e Franco (2017), Pandolfi (2018).

menor escala, mas que contribuíram para a consolidação da área. O conagraçamen-
to com os colegas portugueses permitiu, além das trocas científicas naturais de um
evento como esse, o estreitamento de relações de cooperação já iniciadas entre
núcleos de pesquisa de ambos os países, como nos trabalhos de Delalibera *et al.*
(2015a, 2015b e 2017). Na abertura desse congresso, tive a oportunidade de fazer
uma palestra, na qual abordei os muitos lutos brasileiros. Além de compartilhar a
emoção por estar ali, junto com os colegas portugueses, capitaneados pelo profes-
sor António Barbosa, da Universidade de Lisboa, com quem copresidi o congresso,
e na presença de diversos representantes brasileiros, apresentei algumas práticas
sobre o luto no Brasil. Dessas reflexões, extraí ideias que apresentarei a seguir,
como uma aproximação ao que abordo neste livro. Falei sobre a ancestralidade
manifestada no presente e sobre as raízes e os frutos do luto no Brasil.

Esse evento teve sequência com a realização do II Congresso Luso-Brasileiro
sobre o Luto e do I Congresso Brasileiro sobre o Luto, que tive a honra de copre-
sidir, novamente com o professor António Barbosa, e de ser a anfitriã, uma vez que
foi realizado na PUC-SP, em julho de 2019. Contamos com 600 inscritos de diver-
sas regiões do Brasil, além de uma delegação de Portugal. No encerramento do
evento, deu-se a fundação da Associação Brasileira Multiprofissional sobre o Luto,
para a qual fui aclamada como presidente, tendo sido sua diretoria composta por
membros de vários estados brasileiros, como Rio Grande do Norte, Minas Gerais,
Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Destacar essas realizações no Brasil se justifica porque o tema do luto está
desde muito recentemente no foco de interesse de pesquisadores e profissionais
de diferentes áreas, como psicologia, medicina, direito, enfermagem e educação,
cujos esforços para desenvolvê-lo constante e produtivamente merecem atenção e
reconhecimento. Ciente dessa conjugação de saberes e olhares, da real pluralida-
de presente no fenômeno, ressalto, no entanto, que a lente que utilizo neste livro
é a da psicologia. Seria incorrer no risco da superficialidade se eu me embrenhasse
nos outros domínios do conhecimento sem a devida solidez.

Existe um luto brasileiro?

A ancestralidade expressa no luto significa, necessariamente, aproximar-se da diver-
sidade e de diferentes comunidades. Nós sabemos das distintas etnias (ou origens
diversas) que compõem a assim chamada identidade brasileira, como Buarque de
Holanda (2015) bem elaborou. Temos o sangue daqueles que viviam no Brasil quando
da chegada dos navegadores europeus, com Pedro Álvares Cabral, em 1500. A vida
dos indígenas jamais foi a mesma depois disso! De donos da terra, tornaram-se

escravos. Nossos vizinhos dos demais países da América do Sul não falam português e tiveram influência espanhola, com a mão pesada da Santa Inquisição.

O Marquês de Pombal proibiu a escravização de índios, por considerá-los inaptos para as atividades. De grande relevância foi, então, a presença de pessoas vindas da África, a partir de 1539, para aqui trabalharem como escravas. A fim de conseguir praticar sua fé, adotaram o sincretismo religioso, desenvolvendo crenças e práticas que perduram até hoje. Podemos imaginar a importância que a religião tinha para essas pessoas, subtraídas de suas raízes, de seu lugar, de sua identidade, para se submeterem a um senhor que nelas via muitas coisas, menos o que havia de humano. Um luto inominável! E não reconhecido.

Com a vinda de pessoas escravizadas, a configuração familiar brasileira, além de deixar clara a linha que distanciava a senzala da casa-grande, teve de suportar a existência de brasileiros clandestinos, filhos do senhor e de suas escravas, em geral frutos de estupro. Talvez “suportar” não seja a melhor palavra para descrever o lugar reservado a esses brasileiros. Podemos dizer que a discriminação e a segregação foram a solução encontrada pelos detentores do poder para lhes dar um lugar distinto daquele ocupado pelos moradores da casa-grande.

Vieram os ingleses, os franceses, os holandeses, sobretudo no Nordeste do Brasil. A primeira sinagoga das Américas está em Recife e foi fundada em 1630, durante o período da dominação holandesa. Ao panteísmo dos nossos indígenas agregaram-se o catolicismo, as religiões de raiz afro e, então, o judaísmo. Evidentemente, a maneira de cada um desses povos entender a morte e os rituais a ela associados, bem como os significados do luto, já exigia uma flexibilidade, no mínimo, sociológica, mas também teológica. Paralelamente a isso, os esforços de colonização não se faziam valer apenas pela imposição da força econômica, mas, sobretudo, pela diferença social. Essa conjugação se mostra presente ainda no Brasil do século 21.

Mais recentemente, a partir do século 19, tivemos as imigrações. Vieram italianos, alemães, espanhóis, portugueses – pessoas que buscavam uma vida em paz para criar seus filhos. No início do século 20, os japoneses e os povos de origem árabe também começaram a marcar presença, trazendo o xintoísmo e o islamismo para o cenário. Isso sem falar na rede mundial de comunicação, que, a partir das três últimas décadas do século 20, aboliu muitas fronteiras e propiciou um novo jeito de as pessoas se relacionarem e se vincularem. Mais recentemente, na primeira e, sobretudo, na segunda década do século 21, temos a vinda de haitianos e venezuelanos, por exemplo, que chegam ao Brasil buscando fugir da situação econômica e política de seu país ou das consequências de desastres naturais, como o terremoto ocorrido no Haiti em 2010. Também de países da África e do Oriente Médio recebemos pessoas e até mesmo famílias inteiras que buscam aqui

recomeçar a vida após enfrentar a situação dramática de perder a segurança de viver em seu país.

Esse resumo focalizado e brevíssimo da história do Brasil serviu como moldura para colocar em questão o que se pode chamar de “o jeito brasileiro de viver um luto”. Existe isso? Seria ingenuidade afirmar que sim, considerando todas essas influências e uma população de 212 milhões de pessoas, segundo a projeção do IBGE (2020), em um território de mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados.

Não se trata somente das tantas religiões professadas no Brasil. Existe uma questão sociológica de grande importância. Entre meados e, sobretudo, final do século 20, as famílias mudaram acentuadamente, assim como mudaram os lugares e papéis que seus membros ocupam dentro de sua estrutura e na sociedade como um todo. Preconceitos foram revistos, porém nem sempre de modo a ampliar a liberdade de escolha das pessoas. Portanto, posso dizer que nossas raízes para viver um luto vieram de diferentes lugares, cresceram em solos regados de modo ainda mais diversificado e frutificam de maneira magnífica pela diversidade que nos oferecem.

Quando atendemos em consultório uma pessoa enlutada, quando nos aproximamos de uma comunidade afetada pela dor de uma perda, pelo rompimento da segurança, se nossa abordagem não for culturalmente sensível, estará fadada ao fracasso e, ainda pior, causará danos, o que é inadmissível, eticamente falando. Para sermos culturalmente sensíveis, devemos estar cientes da construção cultural que nos trouxe até onde estamos, a fim de sermos empáticos com essa pessoa ou comunidade, sabendo que a coincidência de valores e significados é menos importante – podendo até ser um risco, às vezes – do que ter uma comunicação empática. Esta, sim, será de grande valia. Rosenblatt (1993, 2008 e 2013) defende enfaticamente a importância da consideração pelas diferenças culturais, e seu pensamento será mais detalhadamente apresentado neste livro, sobretudo pela relevância que lhe atribuo para a compreensão da multiplicidade de aspectos presentes no fenômeno do luto.

Prosseguindo nos estudos sobre luto, foi necessário rever conceitos e desenvolver práticas brasileiras por meio de nossos recursos. Até para pensar e definir o objeto e o problema de pesquisa foi preciso aprender a pensar em “brasileiro”, pelo caminho da semântica, como linguagem e significado, para não importar procedimentos prontos, com vieses culturais que poderiam nos levar a equívocos graves na pesquisa e na aplicação de seus resultados. No Brasil, a rede de apoio, representada por pessoas, sistemas e contextos ao qual recorre o enlutado, ou mesmo a pessoa com uma doença grave, em busca de suporte para enfrentar as crises, se compõe de maneira diferente do que na Inglaterra, por exemplo, e sempre buscamos saber sobre a existência dessa rede e sobre a percepção que o enlutado tem dela. A

Inglaterra é citada devido à sua tradição em oferecer suporte por meio de distintas formas de redes de apoio, não diretamente relacionadas ao contexto familiar e com grande amparo dos recursos do Estado, como tive oportunidade de conhecer quando estudei naquele país. Dessa maneira, valorizo a importância de investigar a existência e a composição de uma rede de apoio e, sobretudo, como o enlutado a percebe. No Brasil, essa diferença assenta-se na nossa tradição cultural, que valoriza a família patriarcal, principal base de segurança, mas também se apoia na crença e na inserção em uma comunidade religiosa. O suporte do Estado é restrito, levando à necessidade de construção de redes informais de apoio.

Mesmo que a configuração das famílias tenha mudado muito a partir das últimas décadas do século 20, passando a incluir, por exemplo, famílias monoparentais, homoafetivas ou sem laços biológicos, o lugar daquilo que o enlutado entende por família ainda tem destaque na sua rede de apoio. É na sua definição de família que me apoio.

O luto não reconhecido no Brasil se expressa também na legislação acerca de afastamento do trabalho por morte em família, aqui entendida no sentido mais tradicional, da família monogâmica da sociedade capitalista, cabendo, porém, as atualizações de direito relativas às novas formas de casamento ou união estável. No entanto, se seu melhor amigo morrer e você faltar ao trabalho, terá um desconto no salário. O mesmo se aplica à morte de sua madrinha. Seu luto não será reconhecido. Marras (2016) estudou o assunto para destacar quanto o ambiente de trabalho pode ser o oposto do que se esperaria como suportivo. Essa é mais uma faceta que ressalta a possibilidade política dos estudos sobre luto. Podemos mudar corações e mentes e, com coragem e persistência, provocar quem tem o poder de fazer as leis, em sua insensibilidade, para que olhem para as necessidades decorrentes do luto e para suas implicações na saúde das pessoas. Colocar luz sobre condições específicas de luto não significa patologizá-las, e sim ressaltar o lugar que cabe à experiência.

As novas possibilidades de tratamento médico, a revisão na definição de vida e a definição de morte são questões ainda polêmicas e com impacto em diversos campos do conhecimento e da prática profissional. Em 9 de agosto de 2012, a Resolução n. 1995 do Conselho Federal de Medicina (CFM) permitiu que, caso a pessoa não tenha condições de se comunicar, seus desejos expressos sobre medidas de tratamento sejam respeitados. Essa resolução afirma:

Art. 1º. Definir *diretivas antecipadas de vontade* como o conjunto de desejos, prévia e expressamente manifestados pelo paciente, sobre cuidados e tratamentos que quer, ou não, receber no momento em que estiver incapacitado de expressar, livre e autonomamente, sua *vontade* [grifos meus].

Art. 2º. Nas decisões sobre cuidados e tratamentos de pacientes que se encontram incapazes de comunicar-se, ou de expressar de maneira livre e independente suas vontades, o médico levará em consideração suas diretivas antecipadas de vontade.

Destaque-se que essa é uma posição do CFM que toca questões jurídicas importantes, o que dificulta sua implementação. Esse posicionamento se formalizou, portanto, nas diretivas antecipadas de vontade, que levam a posicionamentos jurídicos em constante discussão e revisão (Dadalto, Tupinambás e Greco, 2013; Dadalto, 2015). Apesar da polêmica de serem confundidas com a eutanásia, tais diretivas ainda nos possibilitam discutir o assunto para além dos muros da academia, em entrevistas em diversos meios de comunicação, aproximando a questão das pessoas que poderão decidir e dando-lhes fundamentos para essa decisão. Têm sido discutidas, também, em sociedades científicas, como a Academia Nacional de Cuidados Paliativos e a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, não ficando restritas apenas ao campo jurídico.

As implicações de a pessoa poder decidir o que prefere que seja feito a respeito de seu tratamento médico quando não conseguir mais decidir com autonomia não são poucas e se refletem no luto. A pessoa enlutada que tiver tido a oportunidade de participar desse processo, de conhecer as consequências de uma decisão em sua vida, pode vivê-lo com menos terreno para arrependimentos. Embora a necessidade de o enlutado rever o cenário de suas despedidas e avaliar a efetividade de suas ações seja parte do luto, considero um fator de estresse a menos se, nessa revisão, retomar o próprio lugar de fala e o do falecido, para que as sugestões deste sejam respeitadas. É compreensível que esse não seja um lugar fácil, seja a família coesa ou disfuncional, sobretudo se levarmos em consideração o potencial gerador de crise que uma doença e a morte causam. Mesmo assim, uma vez que a questão está posta e presente em congressos e reuniões científicas no Brasil e em diversos países do mundo ocidental, entendo que seja uma oportunidade rica para aproximar a questão das pessoas, para levá-las a pensar e discutir a respeito, de modo que possam assumir seu lugar de cidadãos e protagonistas de sua vida.

Ao dar voz às pessoas e comunidades enlutadas, a internet ampliou a presença nesse debate das redes sociais e dos blogues, que, mesmo não sendo específicos para determinados tipos de morte e de luto, obtêm largo alcance na comunicação e no intercâmbio de experiências e ideias. Não causa mais surpresa que os indivíduos prestem homenagens e reúnam-se virtualmente após a morte de alguém querido, fazendo uso das redes sociais e de recursos tecnológicos que abolem as fronteiras físicas. Os velórios virtuais e a manutenção de páginas pessoais nas redes sociais após a morte de seu titular mostram que, atualmente, há muitas

maneiras para as pessoas viverem e expressarem seu luto (Bousoo *et al.*, 2014; Frizzo *et al.*, 2017; Borghi *et al.*, 2018).

O recurso de realizar reuniões virtuais para substituir os velórios presenciais passou a ser muito utilizado desde o início da pandemia de Covid-19, em fevereiro de 2020, dada a restrição sanitária ao número de pessoas permitido no velório e no enterro. Embora a princípio tenha causado estranheza, sobretudo por romper com uma tradição culturalmente significativa de reunir as pessoas para homenagear o morto e expressar suas condolências à família, esse recurso pode vir a ser aceito ao longo do tempo, mesmo que não seja considerado totalmente válido.

Quando escrevi sobre o que poderíamos chamar de o modo brasileiro de viver, morrer e enlutar-se (Franco, 2015a), em um capítulo de um livro que reunia pesquisadores de diversos países e regiões do mundo sobre morte, luto e família, tive de arriscar ser ousada o suficiente para buscar as semelhanças e para admitir as diferenças entre os tantos significados, usos e costumes que encontramos no Brasil, considerando alguns pontos de semelhança além das diferenças de ancestralidade. A religião católica aprendida com os portugueses, sobretudo da Companhia de Jesus, manteve-se forte em alguns estados brasileiros, talvez aqueles que, por razões geográficas, não têm acesso direto aos portos marítimos e não tenham recebido outras influências. Nesse capítulo, ciente do risco de tal análise, abordei a mercantilização da morte no Brasil, iniciada no final do século 20. Juntamente com a venda de serviços e produtos para os rituais fúnebres, viu-se o surgimento da oferta de apoio psicossocial como parte do pacote oferecido pelas empresas funerárias. Isso em si não é problema. O enlutado, perdido na sua experiência indesejada, vê-se diante de novas demandas e decisões a tomar e, então, oferecem-lhe algo (um serviço) que está incluído no seguro-funeral. Isso, porém, é feito de maneira indistinta, sem levar em conta o imperativo de uma cuidadosa avaliação de necessidades. O aspecto positivo está em supor (ou esperar?) que o profissional responsável por esse atendimento tenha formação técnica adequada ou suficiente e se adaptará às exigências do empregador, para não incorrer em riscos também à sua saúde psíquica diante das exigências técnicas e pessoais que sofrerá com o enlutado e que podem levar o profissional ao sofrimento moral (Cottone e Tarvydas, 2016; Mazzula e LiVecchi, 2018). Esse aspecto mercadológico em relação à morte não é exclusivo dos brasileiros, porém.

Portanto, nossa ancestralidade, venha de qual raiz vier, quaisquer que tenham sido seus enxertos e mesclas, expressa-se nos sentidos que damos às nossas relações e na maneira de viver nossos lutos, ressoando os valores e vínculos do povo brasileiro com e nos três tempos da existência: passado, presente e futuro.

Sobre este livro

Pelo percurso histórico dos meus estudos e experiências sobre o luto, compartilho com os leitores, neste livro, minha visão crítica e meu posicionamento atual. No Capítulo 1, percorro o minucioso histórico apresentado por Parkes (1998, 2001, 2011a e 2011b), que põe luz sobre a importância de uma conexão com a cultura onde o fenômeno ocorre, como também defende Rosenblatt (1993, 2008 e 2010), que ainda ressalta a importância de se fazer a ponte entre o luto vivido no âmbito privado e sua expressão pública. Fiz questão de abordar o posicionamento de Rosenblatt porque entendo que a visão multicultural é indissociável da compreensão do luto, ainda mais no século 21, quando temos todo um movimento de mescla de culturas e de exposição pública de experiências privadas, sobretudo com o uso da tecnologia. Pela discussão de publicações representativas sobre como lidar com o luto a partir da segunda metade do século 20 e início do século 21 (Neimeyer *et al.*, 2011; Neimeyer, org., 2012; Neimeyer, org., 2016; Stroebe, Stroebe e Hansson, 1993; Stroebe *et al.*, 2008a; Stroebe *et al.*, 2001), pude elencar pensamentos e práticas que provocaram inquietações metodológicas, uma vez que traziam propostas fora da via principal de entendimento sobre o tema. Afinal, o que é a ciência senão a resposta a provocações e ao desconforto diante do que é dado como conhecido? Assim, trago os estudos e entendimentos sobre o luto até hoje, sabendo que atualizações de conhecimento são constantes e necessárias.

Apresento no Capítulo 2 alguns modelos teóricos, como a teoria do apego, desenvolvida por John Bowlby (1978a, 1978b, 1981, 1989 e 1994), e a teoria das transições psicossociais, criada por Parkes (1971, 1993, 1998 e 2009). Tendo sido discípulo de Bowlby, o pensamento de Parkes dialoga muito bem com o desse autor. Apresento o luto entendido como um processo dual, modelo teórico desenvolvido por Stroebe e Schut (1999 e 2001a) que tirou o profissional clínico da comodidade de descrever o processo como se fosse praticamente estático e revolucionou minha maneira de pensar sobre o luto, sem a previsibilidade de fases sequenciais, possibilitando-me ter respostas para questões sobre a duração do luto e condições particulares em uma família para vivê-lo. A psicanálise não poderia ser excluída, contribuindo com os trabalhos de Freud (1984, 1996a e 1996b) e de Fonagy, Gergely e Target (2008), estes últimos promovendo o diálogo entre a psicanálise e a teoria do apego. Worden (1993) construiu o modelo de descrição do fenômeno do luto fazendo uso do que chamou de quatro tarefas, que se tornaram aceitas e praticadas devido à sua sustentação teórica e à facilidade de compreensão por parte dos clínicos. Bonanno e Kaltman (1999), Bonanno (2009) e Bonanno, Goorin e Coifman (2008), da Universidade Columbia, em Nova York, desenvolveram seu pensamento sobre os quatro componentes do luto, que decidi

incluir, mesmo não sendo muito conhecidos no Brasil, porque não se satisfizeram com as definições clássicas e ampliaram o questionamento, de modo a considerar a experiência do luto vista por outros ângulos, incluindo o aspecto cultural, que penso ser indispensável. Por fim, ainda nesse capítulo, trago a contribuição do construcionismo social, particularmente pelos trabalhos de Robert Neimeyer (Gillies e Neimeyer, 2006; Gillies, Neimeyer e Milman, 2014; Neimeyer *et al.*, 2010), com abrangência no que diz respeito aos aspectos de construção de significado, ressaltando o lugar dialógico na psicoterapia para luto.

Na escolha desses focos e abordagens, busquei oferecer elementos para conhecimento e aprofundamento, de modo a fundamentar as decisões que não podem ser tomadas aleatoriamente. Com base na minha experiência, discuto aqueles que se apresentam mais funcionais diante da realidade brasileira, ainda que originários de outras culturas. Convido o leitor a empreender essa viagem, se ainda não a tiver feito, e acompanhar o que nos apresentam esses pesquisadores e clínicos no que pode ser aplicável ao seu trabalho.

Início o Capítulo 3 questionando por que não entender o luto como um processo vivido em fases. Essa questão me parece fundamental em uma publicação que se propõe a ser contemporânea, assim abrigo novos e desafiadores olhares. Focalizei sobretudo o conceito de vínculos contínuos, pela dificuldade de serem compreendidos como parte de um processo de luto saudável. Entender os vínculos contínuos implica compreender o processo do luto como dual, talvez mesmo remontando a definições tradicionais, que falam em término do luto. Apresento as diversas expressões do luto, como: o complicado (e a discussão sobre sua inserção ou não no DSM-5); o antecipatório diante de uma doença e sua relação com os cuidados paliativos e as diretivas antecipadas de vontade – que abordei também em Franco (2014) – para ampliar a participação da pessoa no seu processo de doença; o não reconhecido pela falha na empatia, como Neimeyer e Jordan (2002) definiram, com base em Doka (1989). Também o luto coletivo é abordado, mais recentemente com visibilidade ampliada em razão das mortes desencadeadas pela pandemia de Covid-19. O luto na família não poderia ser excluído, sobretudo se considerarmos as novas formas de configuração familiar e as demandas adaptativas ao longo do ciclo vital para seu enfrentamento. Objetivo deixar claro que determinado luto não se define estreitamente por um aspecto, podendo mesmo ser simultaneamente coletivo e complicado, não reconhecido e antecipatório e outras combinações possíveis. Tais organizações não se colocam caoticamente, sendo amplamente entrelaçadas.

Passo a abordar no Capítulo 4 os fundamentos para a construção de significado para o luto, a partir da mediação exercida por cultura, sociedade, espiritualidade e religião. A escolha desse tema se encontra, primeiramente, na constatação de

que o ser humano não existe apartado de um campo de significados que podem ser construídos por qualquer um desses âmbitos e mesmo pelos quatro ou por intersecções de alguns deles. Somando-se a essa afirmação, entendo que eles representam uma via de compreensão do fenômeno a ser sempre considerada por qualquer um dos olhares que se ocupam dele, uma vez que a pluralidade de olhares tem papel incontestante nessa compreensão.

As ações terapêuticas para o luto são apresentadas no Capítulo 5. Uso essa denominação porque nele busco apresentar situações de vivência de luto (na família, em consequência de grandes desastres, em cuidados paliativos, por suicídio, no ambiente de trabalho) que possam ser cuidadas não exclusivamente pela ação da psicologia. Ao não as chamar de ações psicoterapêuticas, abro a possibilidade para que outros profissionais, no seu campo de saber e de prática, atuem terapêuticamente. Desenvolvo também a experiência do luto do profissional de saúde, com destaque para ações de prevenção e autocuidado, entendendo que o cuidar cobra um preço elevado do profissional, expresso em fadiga de compaixão, pesar indireto e *burnout*.

Compartilhar conhecimento requer, antes de qualquer coisa, ousadia para acreditar que alguém possa querer usufruir dele e usá-lo para fins pacíficos. Foi, então, com muita ousadia que decidi escrever este livro, com o aval da editora, que acredita que ele pode ter utilidade para as pessoas, sejam elas profissionais ou leigas, em situação de luto ou interessadas no tema.

Considerando olhares teóricos para a conceituação do luto, alguns dos quais estão presentes neste livro, chamo a atenção do leitor para o conceito de luto que adoto. Esse é o fio condutor deste trabalho. Tendo entendido se tratar de um processo que requer a existência de um vínculo para que, sendo este rompido, se apresentem vivências específicas a esse fenômeno, defino luto como *processo de construção de significado em decorrência do rompimento de um vínculo*. É processo porque implica mudança, elaboração, movimentos para a frente, para trás, para os lados. Implica ser dinâmico, não estático. A construção de significado deixa de ser entendida como aquilo que acompanha o processo, conforme as definições atuais (Neimeyer *et al.*, 2010; Neimeyer, 2011), porque ela é, em si, o processo. Dessa maneira, o luto se apresenta em um contexto cultural, regulador de significados; é singular, público, grupal, comunitário, domínios esses que trazem significados prontos e vigentes, com força suficiente para se impor ao indivíduo que vive esse processo e poderá questioná-los, submeter-se a eles, ressignificá-los. Nesse processo, o indivíduo percorre caminhos sobrepostos, concorrentes e paralelos em seus questionamentos sobre religião, espiritualidade, pertencimento, identidade social. Vive repercussões na saúde e na sua capacidade cognitiva, com impacto no aprendizado e no desempenho de tarefas. Por fim, a especificidade do vínculo

rompido, que é resultante da história de relação da pessoa enlutada e de sua compreensão acerca das possibilidades de enfrentamento em seu mundo presumido, conjuga-se com os demais fatores, tornando o processo singular, porém contextualizado. Como construção subjetiva, sua finalização ou compleição caberá ao indivíduo enlutado, sobretudo se levarmos em consideração que os significados construídos seguem por caminhos particulares.

Peço que enxerguem este livro como um resultado resumido de mais de 45 anos de estudo sobre o luto, a partir do meu primeiro contato, na graduação, com uma teoria que explica e faz pensar sobre como os vínculos são formados e o que ocorre quando são rompidos.

Peço também que o leiam tendo em mente que, se somos privilegiados para buscar e oferecer conhecimento a pessoas que vivem talvez a experiência mais dolorida e desorganizadora de sua vida, temos a responsabilidade de, mantendo a condição de sermos humanos – nossa melhor qualidade, na minha opinião –, oferecer reciprocidade no cuidado, ou seja: um ser humano cuidando de outro ser humano. Essa é a essência do cuidar, que está aberta para quem se dispõe a se aproximar da dor do outro, tocar e se deixar tocar, indo além da simples empatia, que é, porém, elemento necessário ao cuidado compassivo.

Aqui expus raízes, sementes e frutos do luto, em algumas de suas possibilidades de ser entendido e praticado. É por essas sendas abertas que este livro se apresenta. Nem sempre elas são sinalizadas com precisão, por se tratar de um campo de conhecimento científico em constante construção e necessariamente sensível às demandas que a vida impõe ao ser humano. A estrela guia, porém, é a atenção que coloco para entender que tudo o que faço e busco desenvolver, seja por mim mesma, seja por meio dos alunos e supervisionandos, visa chegar aos enlutados para lhes oferecer o que de melhor podemos sem incorrer em faltas éticas.